
O desafio da emancipação intelectual na Educação Profissional e Tecnológica

The challenge of intellectual emancipation in the Vocational Education
El desafío de la Emancipación Intelectual en la Educación Profesional y Tecnológica

Suzana Lopes de Albuquerque

Instituto Federal de Goiás
suialopes@hotmail.com

Cláudia Helena dos Santos Araújo

Instituto Federal de Goiás
helena.claudia@gmail.com

Dayanna Pereira dos Santos

Instituto Federal de Goiás
dayannagyn@hotmail.com

Lidiane de Lemos Soares Pereira

Instituto Federal de Goiás
lidilemosp@yahoo.com.br

Maria Carolina Terra Heberlein

Instituto Federal de Goiás
mariaterra84@hotmail.com

Resumo

O presente artigo aborda aspectos do desafio da emancipação intelectual na Educação Profissional e Tecnológica a partir das cinco lições sobre a emancipação intelectual propostas por Jacques Rancière em O mestre ignorante. Nessa obra, Rancière apresenta a aventura intelectual do filósofo francês Joseph Jacotot, que, quando regressou à França após o fim da Revolução de 1830, propagou um método de ensino fundamentado na “emancipação intelectual” dos envolvidos no campo educativo. Com base nesse método, este trabalho visa relacionar seus princípios filosóficos à realidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, observando que a igualdade das inteligências, defendida por Jacotot, é constitutiva da formação de uma humanidade intelectualmente emancipada e autônoma. Neste artigo, são analisadas as matrizes históricas dessa modalidade educacional, a partir de uma breve perspectiva histórica, realizada com o objetivo de conhecer seus processos

produtivos inscritos na sua "totalidade", para além da dualidade entre formação específica e formação geral, em busca da omnilateralidade do ser humano. Por meio do resgate da memória da Educação Profissional e Tecnológica no país, intentamos evocar o princípio da filosofia da emancipação intelectual de Jacotot, como apresentada por Rancière. A partir da premissa da filosofia panecástica de que "tudo está em tudo", propomos uma tomada de consciência da emancipação como princípio educativo e discutimos a importância de ser um "mestre ignorante" a fim de se alcançar, em alguma medida, a tão almejada emancipação.

Palavras-chave: Emancipação Intelectual. EPT. Joseph Jacotot. O Mestre Ignorante.

Abstract

This article deals with aspects of the challenge of intellectual emancipation in Professional Education from the five lessons about the intellectual emancipation proposed by Jacques Rancière, who presents the intellectual adventure of the French philosopher Joseph Jacotot who, when returning to France after the end of the Revolution of 1830, propagated his teaching method searching for the "intellectual Emancipation" of those involved in the educational field. Based on this Jacotot's Philosophy, this paper aims to relate these philosophical principles to the reality of Professional Education. The equality of intelligences, advocated by Joseph Jacotot, is constitutive in the formation of an intellectually emancipated and autonomous humanity. In this paper, the historical matrices of Professional Education in Brazil are analyzed, from a brief historical perspective aiming to know its productive processes from its "totality", to beyond the duality between specific and general formation, seeking the omnilaterality of man. By the rescue of the memory of Professional Education in Brazil we intend to evoke the principle of Joseph Jacotot's Philosophy, presented by Rancière, of "to learn something and to relate to it all the rest by this principle: all men have equal intelligence". From the premise of the Panecastica philosophy that "everything is in everything", we propose an awareness of emancipation as an educational principle and we discuss the importance of being an "ignorant schoolmaster" in order to achieve, to some extent, the much desired emancipation.

Keywords: Intellectual Emancipation, Vocational Education, Joseph Jacotot, The Ignorant Schoolmaster.

Resumen

Este artículo trata los aspectos del desafío de la emancipación intelectual en la Educación Profesional y Tecnológica a partir de las cinco lecciones sobre la emancipación intelectual propuestas por Jacques Rancière, quien presenta la aventura intelectual del filósofo francés Joseph Jacotot quien, al regresar a Francia después del final de la Revolución de 1830, propagó su enseñanza fundamentada en la "Emancipación Intelectual" de los involucrados en el campo educativo. Basado en esta Filosofía de Jacotot, ese escrito pretende relacionar estos principios filosóficos con la realidad de la Educación Profesional y Tecnológica. La igualdad de las inteligencias, defendida por Joseph Jacotot, es constitutiva en la formación de una humanidad intelectualmente emancipada y autónoma. En este escrito se analizan las matrices históricas de la Educación Profesional y Tecnológica en Brasil, a partir de una breve perspectiva histórica con el objetivo de conocer sus procesos productivos inscritos en su "totalidad", además de la dualidad entre formación específica y formación general, buscando la omnilateralidad del ser humano. Por medio del rescate de la memoria de la Educación Profesional y Tecnológica en el país, intentamos evocar el principio de la filosofía de la emancipación intelectual de Jacotot, como presentada por Rancière. A partir de la premissa de la filosofía panecástica de que "todo está en todo", proponemos una toma de conciencia de la emancipación como principio educativo y discutimos la importancia de ser un "maestro ignorante" a fin de alcanzar, en alguna medida, la tan anhelada emancipación.

Palabras clave: Emancipación Intelectual, EPT, Joseph Jacotot, Maestro Ignorante.

Introdução

O estudo da aventura intelectual do francês Joseph Jacotot é imprescindível para uma escrita no campo da ciência e tecnologia nessa sociedade moderna pedagogizada³. Esse autor do século XIX nos adverte que a distância que a escola e a sociedade pedagogizada tendem reduzir é aquela de que vivem e que não cessam de reproduzir.

Jean Joseph Jacotot (1770-1840) nasceu em Dijon na França, sendo considerado um revolucionário questionador dos resultados da Revolução Francesa e das instituições de sua época, denunciando que tais movimentos não trouxeram meios para atingir a liberdade e emancipação do ser humano, inclusive no campo intelectual. Esse contexto é caracterizado por Rancière (2015) a partir da conciliação da ordem e do progresso, inclusive nas instituições pedagógicas, onde triunfara o “velho”, a partir do silenciamento das febres igualitárias e das desordens revolucionárias e de vozes como de Jacotot.

Exilado de seu país, com o cessar da Revolução de 1830, o mestre regressou à França na tentativa de propagar sua filosofia de ensino, a qual buscava a “Emancipação Intelectual” dos envolvidos no campo educativo. Sua discussão acerca da desigualdade e sua reprodução no campo educacional são estudados por inúmeros autores no campo da sociologia, filosofia e educação e, nesse artigo, buscamos em uma perspectiva histórica entender a visão desse visionário que inerente ao movimento revolucionário francês, teve sua voz silenciada em nome de uma escola que constituiu-se sob a base de uma “ordem” e “progresso” desigualitários.

A igualdade para Jacotot não deveria ser a finalidade da educação, antes o princípio, a base sob a qual assentariam todas as ações a partir da verificação das igualdades de inteligências, rumo a uma emancipação intelectual. Em uma posição contrária à meritocracia, Jacotot encontra na emancipação intelectual, a devolução da igualdade tolhida na constituição dessa ordem social.

³ Para Rancière a sociedade pedagogizada atribui à escola o poder “fantasmático de realizar a igualdade social, ou, ao menos, de reduzir a fratura social” (RANCIÈRE, 2015, p.14) sendo criticada por tentar universalizar um saber igualmente distribuído a todos, sem considerações da origem social, em uma escola bem separada da sociedade.

Joseph Jacotot estudou direito em Dijon, onde ensinou retórica e interessou-se pelas Letras e Matemática. Sua trajetória intelectual foi narrada por Rancière (2015) que demonstra sua experiência, além do direito e retórica, com o ensino de Análise, Ideologia e Línguas Antigas, Matemáticas Puras e Transcendentes.

Em 1818, refugiado na Bélgica, aceitou um cargo de professor na Universidade de Louvain. O acaso de um acontecimento excepcional alterou sua vida e experiência pedagógica, levando-o a construir uma Filosofia sob a base do princípio que tirara de sua prática nessa Universidade.

Tal acontecimento decorreu de um pedido de um grupo de alunos holandeses que gostariam de acompanhar suas aulas, mas ignoravam o francês. Joseph Jacotot por sua vez ignorava o holandês, porém mesmo assim aceitou o desafio de ‘ensinar-lhes’ o francês utilizando para o feito uma edição bilíngue do *Télémaque* de Fenélon.

Através do estudo das lições dessa obra, já na metade do livro primeiro, Jacotot solicitou que repetissem o que havia aprendido em um exercício de improviso, sendo superado em suas expectativas. Os resultados deste ensino amparado pela relação do “todo” do livro para a análise das partes de uma língua, desvelados pelo princípio da autonomia do aluno surpreenderam Jacotot.

A partir dessa experiência, Jacotot sentiu a necessidade de inverter a lógica do mestre explicador cuja grande tarefa era transmitir seus conhecimentos aos alunos para elevá-los gradativamente à sua própria ciência, a partir do simples para o complexo, para a lógica do mestre emancipador intermediado pelo “verdadeiro método pelo qual cada um aprende e pelo qual cada um descobre a medida de sua capacidade” (RANCIÈRE, 2015, p. 29). Tal foi o princípio de seu Ensino Universal: “aprender qualquer coisa e a isso relacionar todo o resto, segundo o princípio de que todos os homens têm inteligência igual” (RANCIÈRE, 2015, p. 38) e a partir da premissa de sua Filosofia que “tudo está em tudo”.

Sob a premissa de propagar os princípios da emancipação intelectual substituindo os princípios do autoritarismo e pedantismo⁴ pelos direitos da razão humana, Joseph Jacotot fundamentou sua prática após a experiência

⁴ O pedantismo nesse escrito perpassa a condição embrutecedora da sujeição de duas vontades e inteligências no ato de ensinar à vontade e inteligência do mestre.

em Louvain. Nesse artigo, partimos da premissa de Joseph Jacotot que “tudo está em tudo” para propormos uma tomada de consciência da emancipação como princípio educativo; repensando a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sob o prisma de uma omnilateralidade do ser humano.

Esse objetivo vislumbra a formação do ser humano completo e não de um individualismo segmentário, defendendo assim uma formação pretensamente autônoma em detrimento do “homem-rebanho”⁵ (CAMBI, 1999, p. 87). Posto isso, nos deparamos com a necessidade de um trabalho de formação que prima pela autonomia do indivíduo, favorecendo, assim, sua emancipação. Para isso, é de suma importância o desenvolvimento de processos formativos que favoreçam a ‘libertação’ deste sujeito da condição de “homem-rebanho” proposto por Cambi, propiciando a ele a oportunidade de se constituir em sua integralidade.

A proposta de refletir a EPT sob esse prisma está em consonância com o atual momento histórico brasileiro de criação de redes de Mestrado Profissional pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, objetivando pensar a formação do ser humano “em seu todo” para atuação profissional na sociedade tendo em vista a sua relação com a cultura em seu espaço e tempo histórico.

Nessa perspectiva, rememorar a Filosofia de Jacotot enquanto uma busca pelo “todo” constituinte de nossa matriz ocidental significa voltar os olhos para o local de onde brotou o impulso criador de um povo e, com isso, romper com a rigidez engessada na ciência moderna que analisa, trata da identidade de cada ser e dispõe em uma “ordem linear” (FOUCAULT, 1999, p. 98). Tal Filosofia é uma inspiração de um ideal de educação que rompe com as “grades” das epistemologias, incita o diálogo no campo acadêmico entre áreas do conhecimento as quais, muitas vezes, mantêm-se alheias umas às outras. Tal premissa suscita os seguintes questionamentos: É possível

⁵ Cambi (1999) se refere ao ideal de formação humana nutrida de cultura e de civilização que atribui ao ser humano uma identidade cultural e histórica para além do “homem-rebanho”, que apresenta agora sua história e sua capacidade de realizar os princípios da vida contemplativa.

estabelecer um diálogo entre a EPT e diferentes áreas do conhecimento? Em que momento, as diferentes matrizes epistemológicas podem dialogar?

Não se trata de apresentar artisticamente um artigo sob uma égide idealista, mas, de compreender essa Filosofia que se constitui a partir da essência do ser humano. Além disso, é relevante a possibilidade de reflexão acerca do esfacelamento da ciência e da cultura moderna na contramão do ideal de formação integral do ser humano *omnilateral* que atua na sociedade por meio de sua capacidade criadora de relacionar trabalho, enquanto princípio educativo (para além de mero técnico, profissionalizante) e cultura, em seu espaço e tempo histórico.

A educação profissional e tecnológica no Brasil sob uma perspectiva histórica

Podemos considerar que a história da Educação Profissional no Brasil atrela-se aos interesses políticos do nosso país. Segundo Moura (2007) a Educação Profissional inicia-se dentro de uma perspectiva assistencialista a partir de um Decreto do príncipe regente em 1809, criando o “Colégio das Fábricas”, em 1816, com a criação da Escola de Belas Artes e em 1861 com a criação do Instituto Comercial no Rio de Janeiro. Essas três instituições tinham dentre os objetivos, atender os marginalizados da sociedade, de modo que estes indivíduos não viessem a praticar delitos contra a sociedade.

Entretanto, o início do século XX, trouxe consigo mudanças que impactaram diretamente a educação no país. Para Moura (2007) se antes a preocupação estava assentada em uma base assistencialista, agora a preocupação era a de formar operários para o exercício profissional.

Deste modo, em 1909, Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizizes Artífices instalando dezenove delas em diversos estados com o objetivo de atender aos alunos “pobres e humildes”. Porém, segundo Escott e Moraes (2012) os anos que sucederam a criação dessas escolas fez com que a educação fosse uma temática de bastante interesse haja vista o processo de industrialização e modernização dos meios de produção.

Com isso, no início da década de 40, em meio à movimentação da indústria e preparação de trabalhadores, teve início a Reforma Capanema

trazendo novos rumos para a educação no país, redefinindo e articulando cursos, ciclos e graus. Cabe enfatizar que esta reforma vigorou até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961 (BRASIL, 1961) e acentuou uma visão dualística na educação.

De um lado, trouxe a figura do acadêmico generalista que seria redirecionado para a universidade e de outro lado, a figura do aluno oriundo da educação profissional que dominava informações relevantes para o domínio de seu ofício, sem aprofundamento teórico, científico e humanístico, tornando-o incapaz de atingir níveis mais elevados de estudos (ROMANELLI, 2003).

Salientamos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sancionada em 1961 trouxe mudanças importantes para a educação profissional, já que pela primeira vez, segundo Kuenzer (2007) a legislação tentou equiparar os cursos profissionais e propedêuticos para fins de prosseguimento nos estudos.

Entretanto, apesar das mudanças significativas trazidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, ainda persistia a visão dualística na educação. Em 1971, em pleno governo militar, a educação passaria por uma grande reforma promovida pela Lei n. 5.692 (BRASIL, 1971), a qual propôs uma educação de nível médio profissionalizante para todos os estudantes. Por meio dessa reforma, a escola passou a ser vista como uma instituição que formava indivíduos para o mercado de trabalho.

Segundo Escott e Moraes (2012) a reforma de 1971 veio acompanhada de interesses de o governo militar, com um desenvolvimento da industrialização no país, conhecido historicamente como milagre brasileiro. Esse milagre, no entanto, não aconteceu e por isso em 1982 por meio da Lei n. 7.044 (BRASIL, 1982), o governo brasileiro retomou o modelo anterior à Lei de 1971, contando com escolas propedêuticas para as elites, e, profissionalizantes para os trabalhadores.

Sendo assim, ao longo dos anos 80 até metade dos anos 90, a educação profissionalizante perdeu força passando a ocorrer a partir de 1996 quase exclusivamente nas Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. Concordamos com Salvadori e Boni (2006) que o ano de 1996 foi importante para a história da educação profissional, já que, por meio da nova Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a educação profissional passou a constar mesmo que de maneira muito tímida nas referidas diretrizes com o slogan o “Ensino Médio agora é para a vida”.

Cabe ressaltar que os anos que sucederam a publicação da LDB de 1996 até o início dos anos 2000, a discussão relacionada entre o ensino médio e a educação profissional apresentou-se praticamente inexistente, voltando à tona no período de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, culminando na publicação do Decreto n. 5.154 de 2004 (BRASIL, 2004), que apontou a possibilidade de integração entre o ensino médio e a educação profissional (AFONSO; GONZALEZ, 2016).

Dessa forma, o decreto n. 5.154 de 2004 introduziu outras medidas governamentais que contribuíram para os novos rumos da EPT no Brasil. Podemos considerar como o ápice dessas medidas a promulgação da Lei n. 11.741 de 16 de julho de 2008 (BRASIL, 2008a), que incluiu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, alguns artigos que contribuíram significativamente com o desenvolvimento da EPT no país.

Atrelado ao exposto anteriormente temos também neste mesmo ano de 2008, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por meio da Lei n. 11.892 de 29 de dezembro. Segundo tal lei, os Institutos Federais têm por finalidades e características ofertar a EPT em todos os níveis e modalidades, além de ofertar e qualificar “cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (BRASIL, 2008b).

Do mesmo modo, em 2009, o Fórum Nacional dos Dirigentes da Pesquisa e Pós-graduação enviou ao Ministério da Educação em ocasião dos cem anos da RFEPT – Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, um documento apresentando o desenvolvimento da ciência brasileira por meio dos institutos federais propondo que, para a construção de uma condição sólida e propícia para o desenvolvimento da pesquisa, pós-graduação e da inovação na RFEPT, uma das linhas de ação seria a oferta de cursos de pós-graduação em Rede para a formação de mestres e doutores em EPT.

Tal projeto foi consolidado em 2017 sendo denominado “Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – PROFEPT”. O PROFEPT iniciou-se sua primeira turma a partir de agosto de

2017, tendo como objetivo proporcionar formação em EPT aos profissionais da RFEPT “visando tanto a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado” (BRASIL, 2018, p. 3).

Consolidando como espaço de desenvolvimento da EPT, os Institutos Federais desde sua constituição têm trazido para o campo da educação reflexões importantes sobre a educação em nosso país. Esse breve histórico não é capaz de abordar todas as facetas da EPT e esse não é objetivo deste texto, entretanto, acreditamos ser importante resgatar essa memória, para compreendermos os princípios da emancipação intelectual que trazemos para nossa discussão.

A EPT sob a égide da emancipação intelectual de Joseph Jacotot

“Tudo está em tudo” e a relação com a formação profissional

Rancière (2015) apresenta o prisma da igualdade das inteligências de Joseph Jacotot em uma concepção humanística de educação, sendo tratado como elemento constitutivo na formação de uma humanidade intelectualmente emancipada e autônoma. A igualdade, sob o ponto de vista dessa teoria, implica no reconhecimento de um funcionamento análogo e universal das inteligências. Sendo assim, não há aptidões próprias ou naturais, inclinações privativas para a concretização de certa ocupação ou apreensão de determinada preleção cognitiva. Destarte, há de se ponderar que todas as inteligências têm atributos semelhantes de aprendizado, não podendo uma inteligência ser refreada hierarquicamente à outra. Logo, a igualdade não é um “produto” ou uma finalidade; ela é o ponto de princípio, elemento fundante a ser engendrado nas diferentes dimensões da ação social e política do sujeito. Em uma entrevista concedida, Vermeren (2003) salienta que

[...] a hipótese da igualdade das inteligências não é fundada em uma teoria do conhecimento. É uma pressuposição, no sentido de axioma, é algo que deve ser pressuposto (...). Todo o poder da hipótese igualitária está, portanto, naquilo que ela permite operar. É preciso por o suposto ignorante em uma situação onde a igualdade

possa ser maximizada, onde ela possa ser tomada como ponto de partida, produzindo seu efeito (VERMEREN; CORNU; BENVENUTO, 2003, p.190).

Conforme o exposto, não se trata radicalmente de um princípio metodológico de ensino, pelo contrário, pressupõe-se uma experienciação filosófica cuja ideia envolve a seguinte premissa: “tudo está em tudo” (RANCIÈRE, 2015, p. 37). Desse modo, a produção de sentidos, em uma perspectiva de emancipação intelectual, não se assenta na concepção de que a missão do professor é a de guiar as pessoas na direção do saber operacional e da tecnificação dos processos formativos.

Diante dessa problemática, vale destacar que uma das singularidades de nossa época versa sobre o contraste existente entre a veemência de certas questões da formação de especialistas e a estreiteza de seus fundamentos objetivos. As contradições apresentam-se tanto do ponto de vista objetivo quanto do subjetivo e perpassam a experiência cotidiana realçando as relações culturais, econômicas, políticas e sociais. O aprender, nessa perspectiva, vai além de um fenômeno biológico e psicológico. Ele está profundamente marcado pela vida social e suas significações operantes. Diante disso, o aluno não está inserido no interior de um mundo fechado em si. Na verdade, ele pertence a uma sociedade aberta e em mudança, na qual ainda prevalecem as relações de poder e dominação.

No âmbito da filosofia de Joseph Jacotot, a totalidade de um determinado objeto de conhecimento não se vincula apenas à mera soma de suas partes, pois há um todo integrado possível de se relacionar com outras variantes. Desse modo, é “preciso aprender qualquer coisa e a isso relacionar todo o resto, segundo esse princípio: todas as inteligências são iguais” (RANCIÈRE, 2015, p. 141). Há nesse processo uma reciprocidade, e o que confere significado tanto ao todo quanto aos seus fragmentos são as determinações, arranjadas em relações, que perpassam a transversalidade do todo. Desse modo, a capacidade de conhecer as articulações existentes entre os objetos do saber é inerente a todos, pois uma inteligência não se submete a outra. Essa ideia destitui qualquer relação geradora de exclusão e ainda indica que o potencial emancipador da educação deve ser demonstrado via prática e não por meio de postulados abstratos, arbitrariamente supostos.

Nesse incurso filosófico, comparece no contexto educacional a máxima de que “tudo está em tudo”, exigindo que o professor preocupe-se menos em ser um mestre explicador, centrado na pura instrução e dedique-se mais a práticas que resistam à ordenação escolar, cingida pela hierarquização do saber. Nessa perspectiva, o professor em seu ofício não pode desconsiderar o conhecimento que cada aluno traz consigo, adquirido ao longo de sua vida. De tal modo, no que tange à EPT, é possível aferir que conhecer os processos produtivos a partir de sua totalidade consiste em ir além da dualidade entre formação específica e formação geral. A centralidade da formação com vistas a atender apenas aos interesses do mercado de trabalho é deslocada de modo a situar a produção do conhecimento na precisa indissociabilidade entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia. Nessa perspectiva, não cabe a EPT ser uma simples fornecedora de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico.

Embora um projeto de formação integrada, totalizante não se submeta aos operadores da lógica de mercado, ele também não está alheio “às necessidades de sobrevivência e às exigências da produção econômica, como campo de onde os sujeitos sociais retiram os meios de vida” (CIAVATTA, 2005, p.14). Nesse contexto, é preciso compreender tanto o trabalho quanto a educação como “atividades especificamente humanas” (SAVIANI, 2007, p. 152), as quais mantêm entre si uma relação de identidade. O trabalho, sob esse ponto de vista, é compreendido como instância de socialização, dotado de potencialidades e limites inerentes e imprescindíveis à formação humana. Isso implica em reconhecer a existência de uma inteligência comum do ser humano e em apreciar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno.

Essa percepção supera o entendimento de trabalho como uma dimensão operacional vinculada a uma estrutura curricular fragmentada, para que a formação profissional não fique atrelada unicamente às exigências de ordem técnica e operacional, importando no processo de ensino-aprendizagem partir do “todo” e com isso construir relações.

A emancipação intelectual afeta a relação social e a conduta humana, visto que realça o valor da liberdade no exercício de pensar e torna possível o sujeito fazer de todo o trabalho um meio de expressão na medida em que compartilha com o outro suas aprendizagens (RANCIÈRE, 2015). Essa ideia

coloca em discussão os métodos de ensino instaurados pela tendência pedagógica tradicional cujos princípios envolvem o racionalismo, o individualismo, a competitividade e a instrumentalização do saber.

No contexto de emancipação intelectual defendido por Jacotot, a vontade é o pilar para o desenvolvimento intelectual, profissional e ético do sujeito. Dessa forma, a provocação constitui a relevância do ensinar e o comprometimento instaura o cultivo do pensamento, da observação, da reflexão e da prática. Para que isso ocorra, é necessário que o estudante compreenda as seguintes questões: “o que vê? O que pensa disso? O que fazes com isso? E assim até o infinito. Mas esse infinito não é mais segredo do mestre, é marcha do aluno” (RANCIÈRE, 2015, p. 44).

Considerando o discurso do “todo” e da emancipação do aluno, é possível recorrer a Saviani (2007) e assim afirmar que o grande desafio posto aos projetos educativos de formação profissional diz respeito a sua transformação, a sua reinvenção de forma contínua e crítica. Por essa via de entendimento é possível refutar as práticas formativas restritas às metodologias de cunho apenas explicativo e de transmissão de informações sem o exercício da problematização.

Tal proposição valora as formas de emancipação individuais na criação de condições para que os educandos contemplem, com a devida coerência, austeridade, criticidade e cientificidade, tanto as questões técnicas do exercício profissional quanto às categorias histórico-sociais nas quais o ofício incida. Nesse ponto, a emancipação intelectual não se solidifica na mera instrução de conhecimentos ou na lógica das desigualdades, ela contrapõe a formação precarizada, fragmentada que tem se intensificado nas relações escolares.

Embrutecimento versus emancipação: relações com a EPT

Dito isso, percebe-se uma relação na EPT ainda impregnada por substanciais características instrumentalistas e deterministas na formação do ser humano situada no contexto de mercado de trabalho que o expõe à uma condição existencial de polos: embrutecimento *versus* emancipação. Ou seja, dois momentos as quais são colocadas às ideias de dominação em contrapartida ao desejo de pensar, agir e atuar – inteligência e vontade. Uma relação não mais permeada e sujeita à dominação ou dominações, mas versada

pelo caminho do trabalho atrelado à experiência de uma politécnica e de um reconhecimento filosófico onde a inteligência se sujeita apenas a ela mesma.

Dessa forma, quando se depreende em compreender as relações da EPT com o embrutecimento *versus* emancipação, observam-se os mesmos como partícipes de uma relação com a experiência. A partir da experiência, a ignorância até, então, compreendida como uma inoperância entre a incompetência posta na marcha de um mundo social se expõe às mudanças ao propor que ao aprender e ao submeter sua inteligência às vontades, o ser humano emancipe-se e é emancipado: “para emancipar um ignorante, é preciso e suficiente que sejamos, nós mesmos, emancipados” (RANCIÈRE, 2015, p. 34).

A exclusão profissional nas relações do círculo social da EPT são paradoxos de uma formação humana relacionada ao trabalho onde se faz necessária a retomada ao círculo da emancipação. A questão é pensar concretamente sobre embrutecimento e emancipação em relação ao proposto na Filosofia de Joseph Jacotot. O embrutecimento como contentamento do trabalho enquanto ofício. A emancipação como consciência da igualdade e liberdade.

Nesse cenário, o que se problematiza é a necessidade de emancipar ao se formar com o “Mestre Ignorante”, pois, aquele que se considera ignorante reside na sua capacidade de aprender por si próprio. Eis a importância de nosso “Mestre Ignorante”! Ele considera a posição de que somos todos dotados de inteligências que nos emancipam na medida em que não nos expomos aos métodos explicativos e folhetins de ensino, mas nos possibilitamos emancipar, livrar-se de uma exclusão perniciososa do mundo social do trabalho.

A compreensão da formação na EPT é enviesada com o compromisso de uma emancipação para o *não embrutecimento*⁶ o ser humano que, no sistema dualista propagado na EPT, o expõe a uma condição de submissão às

⁶ Embrutecimento significa permanecer nos opostos, em princípios de desigualdade, se manter em perversas divisões entre o trabalho manual e intelectual e, por consequência, retirar da arte humana sua emana característica de produção e invenção de sua própria condição.

vontades do embrutecimento de sua própria exclusão. O intuito de se emancipar é que torna viável o desejo de que o ser humano se conheça e reconheça diante de sua própria inteligência.

A EPT em sua forma sistematizada e pragmática nas relações pedagógicas e de trabalho é uma asserção que Rancière (2015) alega como “temível embrutecimento”. Entretanto, quem é o ser humano embrutecido *versus* ser humano emancipado na EPT? Joseph Jacotot ensina, de forma filosófica, que essa distinção é realizada pela capacidade do ser humano reconhecer sua inteligência. O artesão pode falar de suas criações para se emancipar assim como os homens podem comunicar sobre as artes que desejam aprenderem sem submeter ao embrutecimento de vontades alheias, mas de versar suas obras e sua inteligência à dignidade de sua emancipação e a consciência de sua igualdade na sociedade.

Com maior razão, a filosofia de Joseph Jacotot apresenta conceitos para reflexão nas relações que constituem a historicidade da EPT e possibilita pensar em “razão dos iguais” (RANCIÈRE, 2015) a partir da condição emancipada do ser humano em sua gênese e existência social e cultural.

O professor como mestre ignorante na EPT

(Re)pensar o papel do professor nos contextos escolares é tarefa essencial para a compreensão das complexidades que permeiam e constituem os processos educativos. Por muito tempo, o professor representou a figura de detentor do saber, responsável pela compreensão, deglutição e repasse de informações, aquele que depositaria em seus alunos o que lhes faltava em termos de conhecimento. Aos alunos, cabia o lugar dos que eram “sem luz”, meras “tábulas rasas” que seriam receptáculos do conhecimento do mestre. Esta concepção de “professor doador” e “aluno receptor” de conhecimento tem sido paulatinamente rechaçada. Porém, seu ranço permanece arraigado ainda hoje nos discursos e nas práticas escolares em muitos contextos.

Na contramão desta visão engessada da relação professor-aluno, Joseph Jacotot nos apresenta outra perspectiva do papel de mestre: aquele que favorece a emancipação do aprendiz, que possibilita sua experimentação do mundo real e toda sua complexidade e oportuniza a compreensão do saber dentro da própria realidade. Rancière (2015) ressalta ainda que

[a] prática do mestre ignorante não é um simples expediente que permite ao pobre que não tem tempo, nem dinheiro, nem saber, instruir seus filhos. É a experiência crucial que libera os puros poderes da razão, lá onde a ciência não pode mais vir a seu socorro. O que um ignorante pode uma vez, todos os ignorantes podem sempre. Pois não há hierarquia na ignorância. E o que os ignorantes e os sábios podem, comumente, é a isso que se deve chamar o poder do ser inteligente, como tal (RANCIÈRE, 2015, p. 55).

Esta é, portanto, a representação do mestre ignorante: aquele que confia na capacidade intelectual de todo e qualquer ser humano, que entende e ensina a necessidade de relacionar cada conhecimento aprendido ao todo, que sabe que ser, ele próprio, emancipado é pré-requisito para a emancipação de outrem. A partir da compreensão do que é ser um mestre ignorante, reside o desafio de como sê-lo em contextos que ainda guardam muitos resquícios da dependência discente e de uma gama de fatores que emperram a autonomia e emancipação destes sujeitos.

A EPT prevê uma formação integrada de seus sujeitos. A respeito deste tipo de formação, Ciavatta (2005) elenca alguns pressupostos para que sua ocorrência seja garantida, tal como, o comprometimento das diversas instâncias envolvidas com o setor educacional, a manutenção na lei, da articulação entre o Ensino Médio de Formação Geral e a Educação Profissional, a elaboração coletiva das estratégias acadêmico-científicas de integração entre os professores da formação geral e específica, a articulação entre instituição, alunos e famílias e, por fim, a garantia de investimentos na Educação de modo geral.

Na esteira deste pensamento, nos deparamos com os desafios de pensar o papel do professor no contexto da EPT. Partindo da compreensão de que a EPT deve seguir os preceitos da formação integrada – entendida aqui como aquela que pretende a formação omnilateral do ser humano – é de suma importância a existência de professores que trilhem os caminhos do mestre ignorante, observando as lições de emancipação.

Vários questionamentos podem ser feitos a fim de que seja possível nos aproximarmos da essência do mestre ignorante: “Como incentivar a emancipação dos nossos alunos sem incorrer no erro de nos colocarmos no papel de guias que determinam o curso de suas ações?”, “Como quebrar o ciclo vicioso da dependência dos alunos em um sistema educacional que o

reforça paulatinamente com ações de repreensão e rechaço às tentativas de autonomia?”, “Como despertar no outro um processo de emancipação que, muitas vezes, não está presente na nossa essência docente?”. E, por fim, a que consideramos a mais importante das perguntas: “Como implementar na nossa sala de aula de EPT as lições de emancipação?”.

A busca pelas respostas dessas perguntas é um bom norteador das ações que guiam nosso processo de aprimoramento e amadurecimento na caminhada da emancipação. Observar nossos contextos educacionais e (re)pensar nossa atuação docente e as crenças que a subjazem são condutas que estão no cerne dessa nova descoberta.

Considerações finais

Pontuamos, ao longo deste artigo, os princípios da Filosofia *Panecástica*, desenvolvida por Joseph Jacotot a partir de sua experiência e necessidade de inverter a lógica do mestre explicador, cuja grande tarefa era transmitir seus conhecimentos aos alunos para elevá-los gradativamente à sua própria ciência, do simples para o complexo, para a lógica do mestre emancipador intermediado, na qual todos aprendem ao se colocarem na posição de pessoas capazes de aprender, desde que estejam imbuídas pelo desejo.

Ao fazer uma interconexão dessa filosofia com a EPT, apresentada sob um prisma histórico, surgiu a necessidade de evocar seu princípio de emancipação intelectual que não se assenta na missão do professor como guia das pessoas na direção do saber operacional e da tecnificação dos processos formativos. Neste sentido, pensar a EPT em estreita relação com a Filosofia *Panecástica*, sob o prisma que “tudo está em tudo”, é refletir sobre a formação dos especialistas e seus fundamentos objetivos e subjetivos que esbarram a todo tempo nas relações sociais, culturais, econômicas e políticas às quais estamos submetidos.

Destacamos também, ao longo deste artigo, o Decreto n. 5.154, de 2004 e a Lei n. 11.741, de 2008, que, em alguma medida, colaboraram para os novos rumos da EPT no Brasil. Além disso, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2008 e, mais recentemente, a oferta do mestrado em rede PROFEPT, representam possibilidades de ampliação do

debate sobre a EPT. Esperamos que, a partir dessas discussões, possamos contribuir com seu desenvolvimento e cumprir a finalidade de ofertar uma EPT de qualidade, que capacita seus sujeitos para a atuação profissional e, também, promova o conceito de emancipação intelectual proposta por Jacotot.

A partir de uma breve contextualização dessa memória da EPT no Brasil, vislumbramos evocar o princípio da Filosofia de Joseph Jacotot de que podemos aprender qualquer coisa e relacioná-la com o todo, partindo da premissa de que temos a mesma inteligência e de que “tudo está em tudo”. Nesse sentido, a EPT, em estreita relação com a Filosofia *Panecástica*, pode contribuir para uma tomada de consciência, se assumirmos a emancipação como princípio educativo, repensando a EPT sob o prisma da omnilateralidade do ser humano.

Essa compreensão da formação na EPT apresenta-se enviesada com o compromisso de uma emancipação de não embrutecer o ser humano no sistema dualista propagado na EPT que o expõe a uma condição de submissão às vontades do embrutecimento de sua própria exclusão. O intuito de se emancipar é possibilitar o desejo que o ser humano se conheça e reconheça diante de sua própria inteligência.

Na contramão desse embrutecimento, valorizamos a necessidade de uma análise histórica a fim de reposicionar a escola como um ambiente de emancipação intelectual. Salientamos que os desafios que se colocam frente à emancipação no contexto da EPT são muitos, sendo necessárias discussões sobre caminhos e ações a serem tomadas para que consigamos evocar o “todo” presente nas ações dos ‘mestres ignorantes’, capazes de favorecer, em alguma medida, a emancipação dos aprendizes. Eis um processo intrincado e árduo, porém necessário e urgente: a (re)descoberta das nossas potencialidades enquanto mestres ignorantes a fim de possibilitar a emancipação dos nossos alunos e deixar vir à tona o esplendor de suas inteligências.

Referências

AFONSO, A. M. M.; GONZALEZ, W. R. C. Educação Profissional e Tecnológica: Análises e Perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2004. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, v. 24, n. 92, p. 719-742, 2016.

BOTO Carlota; ALBUQUERQUE Suzana Lopes de. Entre idas e vindas: vicissitudes do método Castilho no Brasil do século XIX. *Revista de História da Educação*, v. 22, p. 16-37, 2018.

BRASIL. *Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Presidência da República, 1961.

_____. *Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 1971.

_____. *Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982*. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. Brasília, Presidência da República, 1982. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 09 out. 2018.

_____. *Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. p. 1-9.

_____. *Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 26 jul. 2004. Seção 1. p. 18.

_____. *Lei n. 11.741 de 16 de julho de 2008*. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 17 jul. 2008a. Seção 1. p. 5-6.

_____. *Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 30 dez. 2008b. Seção 1. p. 1-3.

_____. Lei n. 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, ano 154, n. 35, p. 1-3, 17 fev. 2017. Seção 1.

_____. *Edital PROFEPT*: Exame Nacional de Acesso 01/2018, ENA 01/2018. Processo Seletivo do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em:
<http://profeppt.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Edital/Edital_2018_final.pdf>. Acesso em: 09 out. 2018.

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. Tradução: Alvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CIAVATTA, M. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. RAMOS, M. (Orgs). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 83-105.

ESCOTT, C. M.; MORAES, M. A. C. História da Educação Profissional no Brasil: As políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9, 2012, João Pessoa. *Anais*. João Pessoa: UFP, 2012, p. 1492-1508.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

KUENZER, A. Z. *Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2007.

MIMESSE, E. O Ensino Profissional obrigatório de 2º grau nas décadas de 70 e 80 e as aulas dos professores de História. *Revista HISTEDBR on-line*, n. 26, p. 105-113, 2007.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. *Holos*, v.2, p.1-27, 2007.

RANCIÈRE, J. *O Mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Trad. Lílian do Valle. 3 edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ROMANELLI, O. O. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SALVADORI, A.; BONI, M. I. M. Políticas de Educação Profissional da Primeira República à gestão de Fernando Henrique Cardoso. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PUCPR, 6, 2006, Curitiba. *Anais*. Curitiba: PUCPR, 2006, p. 806-817.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. v.12, n. 34, p. 152-165, 2007.

VERMEREN, Patrice; CORNU, Laurence; BENVENUTO, Andrea. Atualidade de O Mestre Ignorante. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 185-202, abril 2003.